

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 38, DE 13 DE ABRIL DE 2022 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação **lato sensu** em Política e Gestão em Segurança Pública, Câmpus de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 13 de abril de 2022, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Referendar a aprovação da criação do Curso de Pós-Graduação **lato sensu** em Política e Gestão em Segurança Pública, Câmpus de Palmas, conforme Projeto anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A aprovação mencionada no *caput* deste artigo ocorreu por meio da Certidão *Ad Referendum* nº 021/2022 – Consepe, de 14 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.004505/2022-24.

MARCELO LEINEKER COSTA
Vice-Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
EM POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, CÂMPUS DE
PALMAS.**

Anexo da Resolução nº 38/2022 - Consepe
Referendada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 13 de abril de 2022.

Palmas/TO,
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 38/2022 – CONSEPE

**COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO
CÂMPUS DE PALMAS**

**PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA.**

POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**PALMAS/TO,
2022**

SUMÁRIO

Sumário

1- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
1.1 Especificações.....	6
1.2 Coordenadora	6
1.3 Titulação da Coordenadora	6
1.4 Secretário do Curso	6
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	7
2.1 Período de Realização	7
2.2 Tipo de Ensino	7
2.3 Carga Horária.....	7
2.4 Nível.....	7
2.5 Modalidade do Curso	7
2.6 Periodicidade da Oferta	7
2.7 Números de Vagas	8
2.8 Público Alvo	8
2.8 Infraestrutura para realização do curso	8
2.8.1 Recursos físicos e materiais a serem utilizados	8
3 CONCEPÇÃO DO CURSO E OBJETIVOS DO CURSO	9
4. CONVÊNIO E/OU COOPERAÇÃO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO	10
5. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO CIENTIFICOS.....	10
6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	11
6.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Carga Horária/data das aulas	11
6.1.1 Professores integrantes do Projeto.....	11
6.1.2 Professores Orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso.....	12
6.2 Processo Seletivo.....	13
6.3 Das atividades acadêmicas envolvidas.....	14

6.4 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS.....	15
6.5 METODOLOGIAS DE ENSINO	30
6.6 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE.....	32
6.6.1 Informações gerais:	32
6.6.2 Currículo lattes do corpo docente.....	32
6.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ARTIGO.....	33
6.8 EMISSÕES DE CERTIFICADOS.....	33
6.9 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CURSO.....	33
7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2022/2022	34
7.1 PROJETO	34
7.3 DESPESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA.....	35

1- IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Especificações

Nome do Curso: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**.

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Área do Conhecimento: Direito e Segurança Pública.

Unidade Responsável: Campus de Palmas.

1.2 Coordenadora

Professora Doutora Náima Worm, Professora Efetiva da Universidade Federal do Tocantins colegiado de Direito, matrícula SIAP nº 189880-9. Telefones: (63) 984049117; e-mail: naima@uft.edu.br.

1.3 Titulação da Coordenadora

Doutora pela Universidade Mackenzie (2016). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007). Graduada em Direito pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS (2003).

Professora Efetiva da Universidade Federal do Tocantins colegiado de Direito, matrícula SIAP nº 189880-9 em regime de dedicação exclusiva. Coordenadora das especializações em Direito e Processo do Trabalho e Direito e Processo Constitucional.

1.4 Secretário do Curso

Francisco Barbosa dos Santos Melo, SIAP n. 1702849. Mestre em Administração Pública - PROFIAP/UFT. Possui graduação em Gestão de Sistemas de Informações pela Faculdade Piauiense de Processamento de Dados (2008). Pós Graduado em Gestão Pública pelo Instituto Tocantinense de Graduação e Pós Graduação - ITOP. Atualmente Técnico Administrativo da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Com experiência em Administração, com ênfase

em Administração de Pessoal. Funcionário homenageado do Curso de Direito nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Período de Realização

Início: 01/fevereiro/2022.

Término: 31/dezembro/2022.

Nº de meses: 11 (onze) meses.

2.2 Tipo de Ensino

Ensino Híbrido, com aulas síncronas, ao vivo online, em razão da situação de pandemia, e aulas na plataforma AVA.

2.3 Carga Horária

360 (Trezentos e sessenta) horas aula.

2.4 Nível

(X) Especialização (Resolução CNE/MECN.º 1, de 08 de junho de 2007, Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf).

() Aperfeiçoamento

2.5 Modalidade do Curso

(X) Modular

() Regular

() Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo organizado aos sábados, manhã e tarde e domingo, manhã e tarde.

2.6 Periodicidade da Oferta

Única

2.7 Números de Vagas

Serão ofertadas 100 (cem) vagas.

2.8 Público Alvo

O curso de pós-graduação lato sensu será oferecido para os profissionais de segurança pública, que atuam no âmbito da segurança pública dos quatro entes federados – União, Distrito Federal, Estados e Municípios - pertencentes às áreas da Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, portadores de diplomas de graduação, emitidos por entidades reconhecidas pelo MEC, que atuem ou tenham interesse em atuar na Administração Pública, em especial nos cargos estratégicos de assessoramento e suporte, selecionados previamente por meio de Edital realizado pela Coordenação do Curso, e divulgados no site oficial da Universidade Federal do Tocantins.

2.8 Infraestrutura para realização do curso

Para realização do curso será disponibilizado pela Universidade Federal do Tocantins o acesso à Biblioteca, do Campus de Palmas – unidade responsável pelo Curso -, e as Bibliotecas dos Campus de Araguaína, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Todos os alunos matriculados receberão número de matrícula, que os investem na qualidade de alunos regularmente matriculados na Universidade Federal do Tocantins.

Será disponibilizado, pelo Curso de Direito, Campus de Palmas, infraestrutura – sala de aula, laboratório e notebook – para realização das aulas online para o professor que desejar ministrar as aulas online utilizando a estrutura da Universidade Federal do Tocantins.

2.8.1 Recursos físicos e materiais a serem utilizados

a) Salas Destinadas ao Curso

Os alunos e professores terão acesso às Bibliotecas da UFT, sala da coordenação do curso de Pós-Graduação, sala de atendimento ao aluno no Bloco C, campus de Palmas, Secretaria Acadêmica/ Protocolo.

b) Multimeios

Data show, notebook da Coordenação de Pós-Graduação em Direito, televisão, caixa de som e laboratório de informática do Bloco C, campus de Palmas - TO.

c) Estrutura virtual

Para apoiar as diferentes atividades acadêmicas do curso, planejamos ainda a disponibilização por meio de um sítio na internet AVA o conteúdo e a gravação das aulas ministradas. A estrutura virtual terá a função de ser um espaço aglutinador do debate, bem como de propiciar a troca de informações e conhecimentos. Também serão disponibilizadas ferramentas administrativas para o acompanhamento, por parte dos alunos, de questões do seu interesse (frequências, notas, horários e local das aulas).

Enquanto infraestrutura virtual, alunos e professores terão acesso à plataforma AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, para suporte à parte à distância do curso.

Com relação às bibliotecas, serão disponibilizados os acervos físicos e virtuais, os quais descrevemos: periódicos, *scielo*, portal de domínio público, portal SBE, repositório institucional, periódicos da UFT.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO E OBJETIVOS DO CURSO

O curso de pós-graduação em Política e Gestão em Segurança Pública foi concebido para atender às demandas de qualificação de profissionais que atuam na área fim e administrativa da Segurança Pública, pertencentes aos quadros da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem como áreas afins que atuam direta ou indiretamente com segurança pública, tanto nas atividades meio, quanto fim.

Existe na contemporaneidade um movimento para intersecção entre segurança pública e direitos humanos, a fim que os serviços públicos de segurança sejam oferecidos dentro dos padrões mínimos de respeito aos direitos humanos.

A Universidade Federal do Tocantins possui na sua essência a formação de pessoas para o exercício da cidadania, o que inclui a capacitação dos agentes públicos para exercerem suas funções dentro dos princípios e regras do Estado Democrático de Direito.

Assim, esse curso foi pensado e construído com a proposta de oferecer aos profissionais que atuam no planejamento, gestão e execução das atividades de segurança pública um espaço para formação e diálogo entre agentes públicos e Universidade.

- ✓ Preparação e atualização dos profissionais que atuam na área do segurança pública, com foco no desenvolvimento da política e gestão em segurança pública.

- ✓ Fomentar a pesquisa e a produção científica sobre as questões

interdisciplinares, envolvendo as áreas de Segurança Pública, Direito Comunitário, Direitos Humanos e Gestão Pública.

- ✓ Preparar o profissional para solucionar casos práticos, complexos e atuais que demandam conhecimento em Segurança Pública.

- ✓ Capacitar o especialista à docência no ensino superior.

- ✓ Abranger, além de seus aspectos doutrinários de grande interesse e relevância, questões práticas fundamentais ao pleno entendimento da matéria;

4. CONVÊNIO E/OU COOPERAÇÃO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO

() Sim (x) Não

5. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO CIENTÍFICOS

O curso tem como justificativa a instrumentalização de profissionais que atuam na área de segurança pública no estado do Tocantins, dentro de uma visão humanista e integrativa da atuação do policial junto à comunidade.

Ademais, a Universidade Federal do Tocantins conta com os seguintes campus, aptos para prestarem suporte e apoio ao acadêmico no desenvolvimento do curso, com bibliotecas e laboratórios para uso dos discentes da Universidade: Palmas, Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Trata-se do único curso de especialização em Política e Gestão em Segurança Pública ofertado na modalidade híbrida no Estado do Tocantins, com corpo docente compostos por professores com titulação de doutorado, com comprovada experiência nas áreas de gestão, planejamento e estratégia. O curso possui natureza interdisciplinar, reunindo as áreas jurídica, contábil, ciências sociais, planejamento e humanidades.

O Projeto visa capacitar as polícias civil e militar, corpo de bombeiros, abrangendo os servidores das áreas fins e administrativa, para compreensão da política e gestão em segurança pública, à luz dos direitos humanos e em consonância com os princípios e normas que regem a administração pública, a fim de possibilitar uma atuação prática eficiente e segura.

A Pós-Graduação Lato Sensu no âmbito da Especialização propõem-se a conferir um enfoque profissional na gestão da Segurança Pública, com destaque para a atuação dos servidores sob a perspectiva dos Direitos Humanos, permitindo a seus participantes contato com o que tem de mais recente na matéria.

O projeto visa contribuir para a formação continuada e a atualização do conhecimento de profissionais da área segurança pública, garantindo os subsídios para a expansão e aprofundamento dos conhecimentos técnicos na área de segurança pública, a fim de capacitá-los para enfrentar as mudanças no cenário da vida e das relações comunidade e segurança pública. O curso propõe também a expandir os conhecimentos acerca da nova visão humanitária dos direitos sociais, combinando as perspectivas analíticas e críticas voltados à segurança pública.

6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

6.1 Corpo Docente/Titulação/Módulos/Carga Horária/data das aulas

6.1.1 Professores integrantes do Projeto

O projeto é composto por 12 professores, sendo que 10 (dez) pertencem aos quadros da Universidade Federal do Tocantins, todos com a titulação de doutor, e 02 (dois) são professores externos à Universidade, com comprovada experiência na área fim da segurança pública.

Professores integrantes do Projeto, titulação, Instituição de referência, Disciplina, Carga horária e data de execução do módulo:

	Professores	Título	IES	Disciplina	CH	Datas
1.	Tarsis Barreto Oliveira	Doutor	UFT	O sistema de segurança pública no Brasil: noções gerais	30	09 e 10 Abril/22
2.	Mônica Aparecida Rocha	Doutora	UFT	Fundamentos de Políticas Públicas	30	23 e 24 Abril/22
3.	Aloísio Alencar Bolwerk	Doutor	UFT	Estado, Direitos Humanos e Cidadania	30	07 e 08 Maio/22

4.	Naíma Worm	Doutora	UFT	Direitos Humanos e Segurança Pública	30	21 e 22 Maio/22
5.	Alex Pizzio da Silva	Doutor	UFT	Planejamento Estratégico e Gestão Pública	30	11 e 12 Junho/22
6.	Marli Teresinha Vieira	Doutora	UFT	Auditoria operacional e de conformidade para a gestão pública	30	25 e 26 Junho/22
7.	Aline Sueli de Salles Santos	Doutora	UFT	Organização da Administração Pública Brasileira	30	06 e 07 Agosto/22
8.	Vinícius Pinheiro Marques	Doutor	UFT	Controle da Administração Pública: ferramentas de otimização da gestão administrativa	30	20 e 21 Agosto/22
9.	Gustavo Toledo Vaz de Mello	Especialista	Externo	Atividade de Inteligência na Segurança Pública	30	03 e 04 Setembro/22
10.	Cristiane Roque de Almeida	Doutora	Externo	Violência policial, cotidiano, polícia e etnicidade.	30	17 e 18 Setembro/22
11.	Afonso José Azevedo de Lyra Filho	Mestre	Externo	Gestão Integrada em Segurança Pública	30	08 e 09 outubro/22
12.	Luciana Pereira de Souza	Doutora	UFT	Metodologia da Pesquisa Científica e Docência Universitária	30	22 e 23 outubro/22
Total de carga horária				360 h		

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a excelência didático-metodológica do curso.

6.1.2 Professores Orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso

Todos os professores que integram o projeto são responsáveis pela orientação e avaliação do trabalho de conclusão do curso - TCC. A escolha ocorre a partir da disponibilidade do Professor em Orientar e afinidade com as áreas.

Cada professor ficará encarregado, em média, por 08 (oito) orientações.

6.2 Processo Seletivo

6.2.1 Inscrição

Período: fevereiro/março 2010

As inscrições serão realizadas nos termos do edital publicado no site oficial da Universidade Federal do Tocantins, cuja responsabilidade de seleção e divulgação da lista de selecionados pertence à Coordenação do Curso do projeto proposto.

Horário: das 08:00 h as 12:00 h

6.2.2 Requisitos: Formulário e documentos de Inscrição

A Coordenação do Curso selecionará, por meio de edital próprio, público e com critérios objetivos, os candidatos aptos a participarem do curso de pós-graduação.

Como primeiro requisito será exigido curso de nível superior e, conseqüentemente, a apresentação dos seguintes documentos:

1. Cópia autenticada do Diploma do curso superior e do histórico escolar do curso de graduação regularmente aprovado pelo Ministério da Educação;
2. Currículo.
3. 2 fotos 3x4;
4. Cópia autenticada da carteira de Identidade;
5. Cópia autenticada da certidão de nascimento Civil (nascimento ou casamento);
6. Cópia autenticada do Certificado Reservista (sexo masculino);
7. Cópia autenticada do Título de Eleitor + comprovante de votação.

6.2.3 Período de seleção e Requisitos para a seleção

A seleção dos candidatos ficará a cargo da Coordenação do Curso, tendo em vista os critérios propostos no projeto e edital. Todo o processo seletivo acontecerá no mês de março/abril de 2022.

6.2.4 Matrículas para os alunos selecionados

A Coordenação do curso fornecerá a relação de alunos selecionados, via edital próprio, com os documentos de cada aluno para a respectiva matrícula na Universidade Federal do Tocantins.

6.3 Das atividades acadêmicas envolvidas

Os acadêmicos, ao longo do curso, deverão trabalhar questões teóricas e práticas por intermédio das seguintes atividades, as quais servirão de avaliação do rendimento estudantil:

(X) Provas

(X) Fichamentos

(X) Seminários

(X) Trabalhos Finais de Disciplinas

(X) TCC: Artigo ou Monografia

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

Conceito	Aproveitamento	NOTA FINAL entre	AVALIAÇÃO
A	Excelente	9,0 a 10	Aprovado
B	Bom	7,0 a 8,9	Aprovado
C	Regular	5,0 a 6,9	Reprovado
D	Deficiente	3,0 a 4,9	Reprovado
I	Insuficiente	0,0 a 2,9	Reprovado

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

I. Haver cursado no mínimo 360 horas;

II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;

a) A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo a relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 5 dias após o encerramento das aulas.

III. Obter média igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina;

IV. Obter aprovação do TCC com conceito não inferior a 7,0 (sete).

V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:

a) deverão ser registrados no setor de Registro de Diplomas da UFT mencionando a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deverá constar, obrigatoriamente: a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; o período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; o título do trabalho de conclusão do curso e o conceito obtido.

Cada módulo deverá ser registrado em relatório contendo o conteúdo ministrado, a relação de frequência dos alunos e a ficha de Avaliação com as notas e assinatura do professor.

6.4 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS.

O projeto prevê módulos que trabalharão conteúdo teórico e prático, a fim de proporcionar ao acadêmico especialidade sobre a matéria, sem perder de vista o caráter científico do curso, que poderá resultar na elaboração de projetos de pesquisas e inovações na área jurídica.

Ainda, prediz várias atividades complementares e interdisciplinares, como participação – ouvinte e palestrante, em seminários, congressos e simpósios. Elaboração e publicação de artigos em revistas e eventos científicos e profissionais

6.4.1 – Disciplina: O sistema de segurança pública no Brasil: noções gerais

Professor: Tarsis Barreto Oliveira

Carga Horária: 30h

Ementa: Introdução sobre Segurança Pública; História da Segurança Pública no Brasil; Paradigmas de Segurança Pública; Sistemas de Defesa Social no Brasil Contemporâneo; Funções e Atribuições da Polícia numa Sociedade Democrática; Polícia Comunitária; Planejamento Estratégico Aplicado à Segurança Pública.

Objetivos Específicos:

Apresentar o sistema de segurança pública brasileiro;

Apresentar a história e evolução da segurança pública brasileira;

Compreender as funções e atribuições da polícia;

Compreender o papel da polícia comunitária no Estado Democrático de Direito.

Metodologia:

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

VARGAS, Daniel. **Segurança Pública: um Projeto para o Brasil**. Editora Contracorrente. 2020.

PIRES, José Carlos. **Segurança Pública: uma inovação na gestão**. Paco Editorial. 2018.

Renato Sergio de Lima, Liana de Paula (organizadores). **Segurança Pública e Violência: o Estado está fazendo seu papel?** São Paulo: contexto, 2006.

OLIVEIRA, Amaral Luiz Otávio de. **Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia**. 1ª Ed – Brasília: Consulex, 2003.

Salers, L. M. M. (2003). JUSTIÇA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, Belo Horizonte; Del Rei.

6.4.2- Disciplina: Fundamentos de Políticas Públicas

Professora: Mônica Aparecida Rocha

Carga Horária: 30h

Ementa: Política e Políticas públicas: noções fundamentais. Estado de bem-estar social e as Políticas Públicas. A construção da cidadania no Brasil. A formação da agenda pública e o processo de Formulação de Políticas Públicas. Modelos de análise de políticas públicas e o papel dos atores estatais e não estatais. Implementação e Avaliação de políticas públicas. Federalismo, Burocracia e Gestão de Políticas Públicas no Brasil. Controle Externo e Políticas Públicas.

Objetivos Específicos:

Compreender as dimensões teóricas e conceituais que envolvem a relação entre Política e Políticas Públicas;

- Identificar e discutir as etapas do ciclo de políticas públicas, na sua perspectiva conceitual e analítica, em especial como se formulam as demandas sociais e suas implicações na configuração da agenda política e pública;
- Discutir a construção da cidadania no Brasil e como essa trajetória afeta, sobretudo, as seguintes políticas públicas: educação, saúde, trabalho, combate à pobreza, infraestrutura, segurança, meio ambiente.
- Compreender o federalismo brasileiro, sobretudo, em que medida a CF/1988 criou uma nova ordem institucional no que diz respeito ao arranjo federativo e, como esse desenho afeta a dinâmica da implementação de políticas públicas;
- Fortalecer o entendimento dos (das) estudantes sobre a relação entre política, políticas públicas e o papel do gestor público.

Metodologia:

Aulas expositivas, dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. São Paulo: FGV, 2010.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HARGUINDÉGUY, Jean-Baptiste. Análisis de Políticas Públicas. Madrid: Tecnos, 2018.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da UnB, 2009.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas (Coletânea de Políticas Públicas). Brasília, ENAP, 2006 (volume 1).

ROCHA SILVA, Mônica A. da. Poder Político e Políticas Públicas: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento. Palmas: EdUFT, 2017

ROCHA SILVA, Mônica A.. Instituições, Políticas públicas e impactos da pandemia do Novo Coronavírus no Tocantins: notas introdutórias. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 7, p. 156-167, 2020.

ROCHA SILVA, Mônica A.; ALMEIDA, L. A. (Org.). Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento: pluralidades e diálogos possíveis. 1o. ed. Palmas: EDUFT, 2020. 137p .

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Centage Learning, 2013.

WU, X. et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

6.4.3- Disciplina: Estado, Direitos Humanos e Cidadania

Professor: Aloísio Alencar Bolwerk

Carga Horária: 30 h

Ementa: Estado Democrático; Violência e Cidadania; História dos Direitos Humanos e Instrumentos de sua Garantia; Democracia, Desigualdade e Violência; Atores Políticos e Violência.

Objetivos Específicos:

- _ Oportunizar aos acadêmicos conhecer a estrutura constitucional do Estado democrático de Direito, suas principais instituições e mecanismos de exercício da democracia;
- _ Conhecer os elementos que estruturam a democracia brasileira;
- Compreender os fatores geradores de violência e desigualdade sob a perspectiva jurídica.

Metodologia:

Aulas expositivas, dialogadas, trabalhos, estudo em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

DAHL, Roberta A. **Sobre Democracia**. Brasília. Editora UNB. 2001.

_____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes – POD. 2012.

LEVITSKY, Steven. **Como as democracias morrem**. Editora Zahar. 2018.

LIMA, Renato Sérgio de. **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** Editora Contexto. 2006.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Editora Zahar. 2020.

RANIERI, Nina. **Teoria do Estado: do Estado de Direito ao estado democrático de direito**. Editora Manolo, 2018.

6.4.4- Disciplina: Direitos Humanos e Segurança Pública

Professora: Naíma Worm

Carga Horária: 30h

Ementa: Noções Gerais acerca dos Direitos humanos. Princípios constitucionais e segurança pública, direitos humanos e segurança pública, diversidade e segurança pública, ética e segurança pública, violência, crime e controle social, gestão de conflitos e segurança pública e comunicação e novas tecnologias em segurança pública.

Objetivos Específicos:

- Apresentar as noções iniciais acerca dos Direitos Humanos e sua aplicação na segurança pública;
- Conhecer os princípios e normas constitucionais que materializam os direitos humanos.

Metodologia:

Aulas expositivas, dialogadas, trabalhos, estudo em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 1995.
- OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cttoni de. Tutela Jurisdicional e Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- CASTRO, Lola Na. Pensamentos Criminológico. As Criminologia Clássica à Criminologia dos Direitos humanos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MINAS GERAIS. Comissão de Direitos Humanos – Diagnóstico da Situação Prisional em Minas Gerais 2001. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O Poder do Cidadão. Belo Horizonte, 2002. 49p.
- NETO, João Didonet. Por um sistema punitivo mais justo e mais humano. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1958. 129 p.
- PRADO, M.A.M.; AFONSO, L.M. Psicologia Social e Direitos Humanos. Belo Horizonte, 2003.
- REIS FILHO, J. T. (org) Ninguém atravessa o Arco-Íris: um estudo sobre negros. São Paulo, 2003.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal. Tradução: Juarez Cirino dos Santos; Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- QUEIRÓZ, Carlos Alberto Marchi de. Nova Lei Orgânica da Polícia explicada. São Paulo: ADPESP, 2003, 444.
- PIGNATARI, Décio. Informações, Linguagem, Comunicação. São Paulo: ATELIE EDITORIAL, 2004.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Comunicação e Controle Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- LARA, Maurício. As Sete Portas da Comunicação Pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

6.4.5 Disciplina: Planejamento Estratégico e Gestão Pública

Professor: Alex Pizzio da Silva

Carga Horária: 30h

Ementa: Abordagem conceitual sobre Gestão Pública, Governabilidade e Modelos de Planejamento, dentre eles o Normativo, Situacional e Estratégico. Fornecem instrumentais

teóricos e práticos que possibilitam elaborar planos de ação, programas e planejamento na área de políticas públicas.

Objetivos Específicos:

Fornecer instrumentos teóricos e práticos que possibilitem o aluno a elaborar plano de ação, programa e planejamento na área de políticas públicas;

Abordar conceitos sobre gestão pública, governabilidade e modelos de planejamento, enfocando o normativo situacional e estratégico;

Metodologia:

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Bibliografia:

BEATO, Claudio C. Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/polpub.htm>. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFGM.

CACCIABAVA, Silvio; PAULICS, Venonika; SPINK, Peter (orgs). Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGVEAESP, 2002.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES. [online]. nov. 2001, vol.21, no.55, p..3041. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP, Editora Alínea, 2001.

MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. Tomo 1 e 2, Brasília, IPEA, 1993.

MELO, Marcus André B. e SILVA, Pedro Luiz B. O processo de implementação de Política Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas NEEP, Caderno n. 48, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.

OKLINGER JUNIOR, Mantovaneli. Políticas Públicas no Século XXI. A perspectiva da gestão multicêntrica. Blumenau, Edifurb, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. Estudos Avançados. [online]. 2006, vol.20, no. 56, pp. 91106. Disponível no World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php? . ISSN 01034014>

6.4.6 Disciplina: Auditoria operacional e de conformidade para a gestão pública

Professora: Marli Terezinha Vieira

Carga Horária: 30h

Ementa: Apresentação de um conjunto de ferramentas para a auditoria operacional e de conformidade com o intuito de promover a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público partir da compliance e governança na administração pública.

Objetivos Específicos:

- Apresentação das ferramentas de auditoria operacional para administração pública;
- Estudo dos instrumentos aptos a promover a economia, eficiência, eficácia e efetividade nos gastos públicos;
- Compreensão da compliance e governança na administração pública.

Metodologia:

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Tribunal de Contas da União (TCU). – Brasília: TCU, 2014. Brasil. Tribunal de Contas da União.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810. Brasília. CFC, 2012. Publicação eletrônica. 633p. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TST – Setor Público, NBC TSP 01 a 26. Brasília. CFC, 2012. Publicação eletrônica. 633p. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TSP.pdf

CRC-PR <https://www3.crcpr.org.br/crcpr/noticias/confira-normas-de-auditoria-publicadas-pelo-cfc-no-fim-de-2021>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810. Brasília. CFC, 2012. Publicação eletrônica. 633p. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TST – Setor Público, NBC TSP 01 a 26. Brasília. CFC, 2012. Publicação eletrônica. 633p. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TSP.pdf.

MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS DO TCU / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810. Brasília. CFC, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TST – Setor Público, NBC TSP 01 a 26. Brasília. CFC, 2012. Publicação eletrônica. 633p. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TSP.pdf.

ERIGK, W. CORBARI, E.C. Risco no Ambiente Público Municipal: um estudo exploratório nos pequenos municípios da Região Sul do Brasil. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS. V.8, n.11. 2011.,

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) – ISSAI 200:

Princípios Economista, Contadora, Especialista em Gestão e Controle na Administração Pública, Mestre em Ciências Contábeis, Doutora em Ciências Contábeis e Administração (FURB/SC)<<http://portalcfc.org.br>

TCE-TO

TCU - Manual_auditoria_operacional 4.ed. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020.

TCU Manualdeorientacoesoperacionaisparaanalisedeatosdepessoal s://repositorio.cgu.gov.br

6.4.7 Organização da Administração Pública Brasileira

Professora: Aline Sueli de Salles Santos

Carga Horária: 30h

Ementa: Administração Pública: tipos, organização e princípios constitucionais. Agentes públicos. Poder de polícia. Serviços públicos.

Objetivos Específicos:

- Examinar, sob a perspectiva do direito administrativo e constitucional, temas relevantes e controversos relacionados à administração pública aplicada à segurança pública.
- Conhecer as regras pertinentes aos agentes públicos;
- Investigar as formas de exercício do Poder de Polícia;
- Aprender as formas de prestação dos serviços públicos.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 13. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense. 32. ed., rev., atual. e ampl. 2019.

GRECO, Rogério. Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 11. ed . Niterói: Impetus, 2021.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

6.4.8 Disciplina: Controle da Administração Pública: ferramentas de otimização da gestão administrativa

Professor: Vinícius Pinheiro Marques

Carga Horária: 30h

Ementa: Noções gerais: conceito, objetivos, natureza jurídica e classificação. Controle Social: conceito e formas de interação com a administração. Controle administrativo: sentido, objetivo e meios. Controle legislativo: fundamentos e espécies. Controle judicial: natureza jurídica e instrumentos de controle. Jurisprudência dos tribunais superiores.

Objetivos Específicos:

- Capacitar os servidores públicos para ampliar o conhecimento sobre os mecanismos de controle na Administração Pública e contribuir para a eficiência da gestão das unidades em que estão lotados;
- aprofundar estudos e debates acerca das legislações e jurisprudências relacionadas ao controle na Administração Pública;
- proporcionar aos servidores públicos conhecimentos para que seja possível fortalecer os mecanismos de controle da Administração Pública nas suas unidades de lotação.

Metodologia: O curso será realizado por meio de aula expositiva e dialogada. O conteúdo programático compreenderá os aspectos conceituais e interpretativos da legislação vigente, será abordado por meio da explanação dos temas relacionados, análise dos normativos, estudos de caso e oficina.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 15. ed. rev. atual. ampl. Salvador: Juspodvum, 2021.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

6.5.9 Disciplina: Atividade de Inteligência na Segurança Pública

Professor: Gustavo Toledo Vaz de Mello

Carga Horária: 30h

Ementa: Articulação com a Matriz Curricular Nacional, fundamento histórico, conceitos e princípios norteadores, contextualização, sistema e subsistema de inteligência, sigilo das informações, produção da inteligência, e da contra inteligência. Métodos e tecnologias disponíveis e necessárias, políticas e estratégias de inteligência

Objetivos Específicos:

- Capacitar profissionais da segurança pública de diferentes áreas a atuarem na obtenção, análise e produção do conhecimento em áreas de interesse da segurança pública.
- Reforçar o estudo e a análise dos conceitos fundamentais para compreensão da atividade de inteligência em segurança pública.
- Incentivar a prática da inteligência em segurança nas atividades cotidianas dos discentes.

Metodologia:

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Conselho Consultivo do SISBIN. Manual de Inteligência: doutrina Nacional de Inteligência, base comum. Brasília, 2004.

AFONSO, Leonardo Singer. Fontes abertas e inteligência de Estado. Revista Brasileira de Inteligência 2-2/49-62. Brasília: Abin, abr. 2006.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Revista Brasileira de Inteligência 1-1. Brasília, 2005.

ALVES, Rex Nazaré. O papel da atividade de inteligência em relação às políticas públicas. Seminário internacional. A atividade de inteligência e os desafios contemporâneos. Brasília: Abin, nov. 2005.

AZEVEDO, Daniel Lorenz de. Atividade de inteligência na prevenção do crime organizado (mesa n. 6). Seminário: Atividades de inteligência no Brasil. Brasília: Abin, CCAI, Faperj, 7.11.2002. Disponível em: Acesso em: 8.2.2008.

BESSA, Jorge da Silva. A importância da inteligência no processo decisório. III Encontro de estudos: desafios para a atividade de inteligência no século XXI. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Secretaria de Acompanhamento de Estudos Institucionais, set. 2004.

6.4.10 Disciplina: Violência policial, cotidiano, polícia e etnicidade.

Professor: Cristiane Roque de Almeida

Carga Horária 30h

Ementa: Estudo dos principais modelos de explicação teórica sobre violência e criminalidade no Brasil. Análise do crime como problema social e como problema sociológico. violência, criminalidade e segurança: conexões e distinções necessárias. Violências versus Violações, crime e criminalidade, etiologia da violência e do crime, segurança, estado e segurança pública, políticas e instituições para a segurança pública, análise de políticas públicas, estudos e estatísticas sobre violência, criminalidade e segurança pública, violência de gênero, classe, juventude, cor, etnia, origem e cárcere.

Objetivos Específicos:

- _ Apresentar o surgimento e a formação da Sociologia como ciência;
- _ Realizar atividades de pesquisa, bem como, subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de prevenção e controle do crime e da violência, com especial atenção para a produção de conhecimento relativo ao funcionamento do sistema de justiça criminal (Polícias, Ministério Público, Tribunais e Prisões);
- _ Produzir dados quantitativos confiáveis sobre o fenômeno, sistematizando as informações em séries estatísticas que permitam conhecer a evolução do comportamento criminoso, violento no Estado;
- _ Desenvolver pesquisas direcionadas para a compreensão das dinâmicas sociais subjacentes à criminalidade violenta, através de abordagens de natureza qualitativa;

Metodologia:

Aulas expositivas dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

BEATO, Cláudio. **Informação e desempenho policial**. Paper. UFMG, 2000.

CANO, Ignácio & Santos, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora 7 letras, 2001.

CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir. **Determinantes da criminalidade: Arcabouços teóricos**. Resultados Empíricos. Dados, Rio de Janeiro, vol. 47, 2004.

MUSAMECI, Leonarda et al. **Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as Bases de Dados e Questões Metodológicas**. Forum de Debates IPEA/UCAM Rio de Janeiro, 2000.

PAIXÃO, Antônio Luís e BEATO Cláudio F. **Crimes, vítimas e policiais**. Revista de Sociologia da USP, vol. 9, No. 1, maio, 1997.

PEREIRA, Eliomar da Silva (Coord.); WERNER, Guilherme Cunha (Coord.). **Criminalidade Organizada: Investigação, Direito e Ciência**. Editora Almedina. 2017.

6.4.11 Gestão Integrada em Segurança Pública

Professor Afonso José Azevedo de Lyra Filho

Carga Horária: 30H/A.

Ementa: Conceito de Segurança Pública. Institutos e organização da Segurança Pública brasileira. Polícia comunitária e segurança pública, gestão de segurança pública, tópicos especiais em segurança pública e gestão de conflitos de segurança.

Objetivos Específicos:

- Capacitar sobre a importância do conhecimento teórico e dos fundamentos dos temas relacionados à segurança pública;
- Estudar a formação, organização e fundamentos dos órgãos estatais que trabalham direta e indiretamente com a Segurança Pública;
- Instigar o uso da Segurança pública como ferramenta de proteção social, com vistas a proteção dos indivíduos, prevenindo e controlando a criminalidade e a violência, garantindo o exercício pleno da cidadania

Metodologia:

Aulas expositivas, dialogadas, trabalhos, estudos em grupo dirigido, estudo em grupo e individual, presencial e não presencial.

Avaliação da Aprendizagem:

A avaliação dos alunos será de acordo com o Plano de Ensino do professor.

Serão feitas avaliações dos docentes pelos discentes do curso e da estrutura dos discentes pelos docentes.

Bibliografia:

6.4.12 Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica e Docência Universitária

Professora: Luciana Pereira de Souza

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Discutir os fundamentos epistemológicos e operacionais da pesquisa científica, enfatizando as alternativas metodológicas para o seu planejamento, desenvolvimento, análise e apresentação

(redação) dos resultados. A relação educação/sociedade/instituição de ensino e a prática pedagógica docente. Princípios básicos de organização didática no ensino superior. Breve história do ensino superior no Brasil. Dimensões constitutivas do ensino. Instrumentos básicos para a metodologia do ensino superior: planejamento e elementos basilares (objetivo, conteúdos, metodologia e avaliação). Disciplinaridade e interdisciplinaridade. Novas tendências do ensinar a investigar e o investigar ensinando no ensino superior.

OBJETIVOS

Proporcionar condições fundamentais aos profissionais de teoria e prática do ensino superior a partir da importância do planejamento da ação docente e do desenvolvimento de atitudes de habilidade crítico investigativas na docência.

Orientar e acompanhar os alunos para exercitar a prática da iniciação na pesquisa científica, pela realização de procedimentos e etapas necessárias à elaboração de projetos de pesquisa e seu desenvolvimento, e a elaboração dos resultados sob a forma de monografia de conclusão de curso

METODOLOGIA

As dimensões intencionais da avaliação circunscrevem-se ao redor do eixo da processualidade contínua, isto é, a partir do conjunto de conteúdos trabalhados e intencionais. Para fins quantitativos regimentais, aplicar-se-á atividades de verificação de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. 5 ed. Editora Cortez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7 ed. Editora Atlas. 2017.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Editora Atlas. 2021.

MEHLECKE, Conzi Teresinha Querte (org.); SILVA, Kátia Cilene (Org.). **Educação a distância no Ensino Superior: Ensino híbrido**. Opção Editora. 2019.

VEIGA, Ima Passos A. (compiladora); RESENDE, Lúcia Maria G. (compilador). Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico. Papirus Editora. 1998.

6.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UFT. Compõe-se de aulas expositivas e seminários. Os seminários e/ou estudo de casos se caracterizam pelo debate e a problematização da matéria em foco, sob a orientação dos subsídios teóricos e metodológicos necessários para a tarefa conjunta de resolver questões práticas e atuais previamente propostas. Nas aulas expositivas o professor discorrerá sobre o tema, resolvendo as dúvidas suscitadas nos debates práticos. Nessas aulas os alunos terão contato com doutores, mestres, especialistas e convidados com notório saber que atuam na prática. O objetivo específico do curso é formar profissionais capacitados para atuar na sociedade em geral, funções técnicas e procedimentos em segurança publicam.

Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus de Palmas para o corpo docente.

As aulas serão ministradas conforme cronograma do curso devidamente aprovado, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em Política e Gestão em Segurança Pública é pioneiro no Estado do Tocantins, contando com corpo docente especializado e doutrinadores renomados na área, além de obedecer as normas estabelecidas pela Resolução CNE/MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR nº 01, de 8 de junho de 2007, disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf.

Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante:

- a) apresentação de requerimento e comprovante de recolhimento de taxa;
- b) corresponder a carga horária e ao conceito de avaliação;
- c) tenha cursado no período de até dois anos da data de início do curso;
- d) Análise e aprovação da Coordenação do Curso.

Os critérios para aprovação nas disciplinas serão testes, provas e outras formas de avaliação, sendo o rendimento do aluno avaliado na forma do disposto na Resolução C /MEC n. 01/2007

6.6 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE

6.6.1 Informações gerais:

O curso contará com a participação de 12 professores, sendo que 10 (dez) são professores efetivos dos quadros da Universidade Federal do Tocantins, todos doutores, e 02 (dois) professores são externos com reconhecida capacidade técnica na área de segurança pública.

Titulação:

Professores Doutores: 10

Professores Mestre: 01

Professores Especialistas: 01

6.6.2 Currículo lattes do corpo docente

Link com o Currículo Lattes do corpo docente.

PARTICIPANTES PROJETO	DO	ENDEREÇO LATTES
Naíma Worm		http://lattes.cnpq.br/7390888896240163
Francisco Barbosa dos S. Melo		http://lattes.cnpq.br/0784323433962123
Monica Aparecida Rocha		http://lattes.cnpq.br/6401487987780885
Tarsis Barreto Oliveira		http://lattes.cnpq.br/2822267824059777
Aloísio Alencar Bolwerk		http://lattes.cnpq.br/2624550639155063
Alex Pizzio da Silva		http://lattes.cnpq.br/7037842339905679
Marli Teresinha Vieira		http://lattes.cnpq.br/1992076006957616
Aline Sueli de Salles Santos		http://lattes.cnpq.br/4636918444602186
Vinícius Pinheiro Marques		http://lattes.cnpq.br/7300803447800440
Luciana Pereira de Souza		http://lattes.cnpq.br/0414819089265182
Cristiane Roque de Almeida		http://lattes.cnpq.br/8775371098620351
Gustavo Toledo Vaz de Mello		http://lattes.cnpq.br/0381439752084006

Afonso José Azevedo de Lyra Filho	http://lattes.cnpq.br/1856530606271545
-----------------------------------	---

6.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – ARTIGO

A entrega do artigo ou monografia, de natureza individual, constitui condição essencial para o recebimento do certificado de conclusão do curso. O prazo de entrega é de 60 dias após o último módulo. Os critérios para elaboração serão disciplinados quando da realização do módulo Metodologia da Pesquisa e Produção Científica e Docência Universitária e cada participante terá um orientador.

No TCC, o aluno deverá alcançar nota 7,0 (sete) para aprovação. Caso o aluno obtenha conceito C terá 30 dias para corrigir os erros indicados pelo orientador/examinador. Caso o conceito alcançado seja inferior a 7,0 (sete) o aluno estará reprovado no TCC e deverá matricular-se novamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, elaborar novo TCC para concluir o curso.

6.8 EMISSÕES DE CERTIFICADOS

Os Certificados do curso serão expedidos pela PROPESQ/UFT, nos termos da Resolução nº 09/2010 CONSEPE:

Art. 21. Os certificados e histórico escolares expedidos pela Propesq devem conter, no verso, as seguintes informações:

I - relação das disciplinas e/ou equivalente, respectivas cargas horárias, notas ou conceitos obtidos pelo aluno, nome e titulação dos professores;

II - período em que o curso foi ministrado e sua duração total em horas;

III - título do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 22. Os certificados dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu serão assinados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Diretor de Pós-Graduação e pelo Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu.

6.9 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CURSO

Os indicadores fixados para a avaliação global do programa de pós-graduação são os seguintes:

- a) Grau de excelência;
- b) Satisfação dos alunos medida pela ficha de avaliação aplicada ao final de cada módulo, em que se avaliam os objetivos da disciplina, os conteúdos, a metodologia adotada na disciplina, o desempenho do professor, os equipamentos e instalações, entre outros determinados pela coordenação ou solicitado pelo docente;
- c) O número de alunos que concluem o curso;
- d) Índice médio de evasão admitido;
- e) Titulação dos Professores e Produção Científica dos alunos;
- f) Média de desempenho dos alunos;
- g) Número e aproveitamento de egressos no mercado de trabalho relativo ao curso.

7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2022/2022

7.1 PROJETO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Curso	Pós-Graduação em Segurança Pública
Natureza	Lato-Sensu
Período de Realização	Início 01/02/2022 Término 31/12/2022 (11 meses)
Modalidade	Modular
Nº100 vagas	Cada turma com 100 alunos

7.2 RECEITA PROVENIENTE DE PARCERIA FIRMADA COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

RECEITA (ORÇAMENTO)	VALOR	QUANTIDADE	TOTAL
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	R\$ 185.000,00	1	R\$ 185.000,00

Total			R\$ 185.000,00

7.3 DESPESAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

5 - LEVANTAMENTO DE BOLSISTAS DO PROJETO - UFT						
Identificação	Matrícula	Carga horária semanal	Período de recebimento de bolsas		Qtd. de bolsas a receber	Valor da bolsa
			Início (mm/aaaa)	Término (mm/aaaa)		
Naíma Worm			01/02/2022	31/12/2022	11	R\$ 2.000,00
Francisco Melo			01/02/2022	31/12/2022	11	R\$ 1.000,00
6 RESSARCIMENTO INSTITUCIONAL						
Identificação			Quant. / Und		Valor Total	
Imagem						
Custo Com a Utilização da Marca UFT no Projeto						
Infraestrutura						
Utilização de Salas de Aula						
VALOR TOTAL					R\$ 18.800,00	
7 - PREVISÃO DE PAGAMENTO PESSOA JURÍDICA /FÍSICA						
CNPJ / CPF	Razão Social / Nome	Descrição Serviço	Código		Valor	
A ser lícitado	A ser lícitado / contratado	Diárias	33.90.14			
		Bolsas	33.90.18		R\$ 33.000,00	
		Material de Consumo	33.90.30			
		Passagens e Despesa de Locomoção	33.90.33			
		Outros. Serv.Terceiros - Pessoa Física	33.90.36		R\$ 94.000,00	
		Serviços de manutenção e Consultoria	33.90.39			
		Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	33.90.39			
		Despesas Operacionais e Administrativas	33.90.39		R\$ 20.700,00	
		Ressarcimento Institucional	33.90.39		R\$ 18.500,00	
		Obrigações Tributárias e Contribuições	33.91.47		R\$ 18.800,00	
VALOR TOTAL					R\$ 185.000,00	

Custo total para os dois anos de duração será de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) incluso os valores de custo da FAPTO.

Palmas, 20 de janeiro de 2022.

Profa. Dra. Naíma Worm
Coordenadora do Projeto